

CONV 106/02

WG I 3

NOTA

de:	Secretariado
para:	Grupo de Trabalho sobre o Princípio da Subsidiariedade (Grupo I)
Assunto:	Nota de síntese da reunião de 17 de Junho de 2002

1. A segunda reunião do Grupo de Trabalho sobre o Princípio da Subsidiariedade (Grupo I) dedicada à análise do princípio da subsidiariedade (cf. Conv 90/02) realizou-se a 17 de Junho sob a presidência de Íñigo Méndez de Vigo, membro do Praesidium.
2. Todos os Convencionais recordaram o seu apego à observância dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade tal como constam dos tratados e que são objecto do protocolo anexo ao Tratado de Amesterdão. Sublinharam a necessidade de assegurar a sua observância e analisaram os meios para o conseguir de forma mais eficaz.

Com efeito, os Convencionais consideraram que em certos casos os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade não tinham sido suficientemente respeitados. Vários intervenientes também indicaram que se sobrestimava o número de casos desses. Foram avançadas algumas estimativas que avaliavam em menos de 5% as regulamentações europeias que também podiam ser contestadas. Essa percentagem estava aliás a diminuir, embora a percepção dos cidadãos fosse muitas vezes diferente, pois tinham a sensação de que a regulamentação europeia era muitas vezes excessivamente intrusiva. Pelo menos para um Convencional, a não observância do princípio da subsidiariedade ficava a dever-se à ausência de repartição clara das competências. No entanto, um número elevado de Convencionais recordou as suas reticências à instauração de uma lista de competências.

3. Os membros do grupo de trabalho evocaram e debateram várias propostas a fim de se assegurar uma melhor aplicação do princípio da subsidiariedade. A maioria considerou que os parlamentos nacionais deviam estar estreitamente associados à observância dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. Vários deles defenderam a criação de um organismo (independentemente do nome) que incluísse, nomeadamente, os representantes dos parlamentos nacionais e que interviesse numa ou noutra fase do processo de adopção dos textos europeus. Vários Convencionais afastaram a ideia de que a apreciação do princípio da subsidiariedade deveria ser assegurada por um órgão jurisdicional e privilegiaram uma análise efectuada por responsáveis eleitos, mais próximos das aspirações dos cidadãos. Esse controlo deveria exercer-se através de um órgão flexível e não burocrático que se reunisse seis vezes por ano, aproximadamente. Não se trataria, contudo, de criar uma segunda câmara ou uma nova instituição.

As opiniões dividiram-se sobre a capacidade de a Conferência dos Parlamentos da União (COSAC) ver as suas competências alargadas ao controlo da subsidiariedade. Vários intervenientes puseram em dúvida que esta pista seja profícua. Foi avançada a proposta de nomear um "senhor ou uma senhora subsidiariedade" que seria responsável por assegurar a observância do princípio da subsidiariedade na Comissão, assim como a introdução da obrigatoriedade para a Comissão de acrescentar uma "ficha subsidiariedade" a todo e qualquer envio de proposta legislativa. Foi evocada a possibilidade de os representantes dos parlamentos nacionais serem parte nas delegações dos Estados-Membros, bem como a possibilidade de permitir que participem nos comités de conciliação entre o Conselho e o Parlamento Europeu.

4. A convite do grupo de trabalho, Michel Petite, Director-Geral do Serviço Jurídico da Comissão, explicou como a sua instituição, na prática, respeitava e zelava pela observância dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. Volvidos os anos de intensa actividade legislativa devido à criação do mercado interno, a Comissão adaptara progressivamente os seus métodos e reduzira o número de propostas legislativas. Aliás, são sobretudo os textos antigos que eram passíveis de contestação no que diz respeito à subsidiariedade, dando azo à insatisfação dos cidadãos. Actualmente, as obrigações que constam do Protocolo de Amesterdão são estritamente respeitadas pela Comissão e originam uma intensa actividade de consultas tanto internas como externas antes de qualquer proposta de acto legislativo. Os debates havidos na Comissão sobre a implementação do princípio da subsidiariedade eram frequentemente acalorados, de tal modo este conceito podia ter interpretações diferentes. O Representante da Comissão sublinhou também a relação entre a

escolha do instrumento jurídico, o seu carácter vinculativo ou não e a observância do princípio da subsidiariedade. Recordou que a Comissão tinha muitas vezes de fazer face a pressões de várias origens para propor nova legislação. Por vezes, os actos legislativos adoptados pelas instituições também incluíam pedidos de acção apresentados pelos Estados-Membros ou pelo Parlamento Europeu.

Por último, Michel Petite salientou que o Tribunal de Justiça só raramente tivera oportunidade de se pronunciar sobre a aplicação do princípio da subsidiariedade e que sempre o fizera prudentemente, considerando que se tratava de um princípio essencialmente político e sobre o qual o seu controlo era essencialmente de natureza formal.

5. Dietmar Nickel, Director-Geral da Direcção-Geral das Comissões e Delegações do Parlamento Europeu, assinalou que a sua instituição pouco se ocupava da aplicação do princípio da subsidiariedade, pois quando o Parlamento intervinha no processo legislativo já a Comissão ou o Conselho tinham procedido à análise pelo menos do essencial. Convinha assegurar que o debate ou a passagem por um comité de conciliação não conduzissem ao seu afastamento. Dietmar Nickel salientou que a subsidiariedade só raras vezes fora invocada no Tribunal em processos nos quais o Parlamento era parte. Falando em termos mais gerais, o Director-Geral apresentou o seu ponto de vista sobre os meios para reforçar a participação dos parlamentos nacionais no processo de decisão comunitária.
6. Jos Chabert, ministro e antigo presidente e membro do Comité das Regiões, apresentou o seu ponto de vista sobre a aplicação do princípio da subsidiariedade nas relações entre as entidades descentralizadas e os Estados. Descreveu também o funcionamento das instituições belgas e referiu que o funcionamento do Tribunal de Arbitragem entre entidades federadas podia servir de inspiração.
7. O presidente encerrou a sessão indicando que a próxima reunião do grupo se realizaria a 25 de Junho, a partir das 14h30.